



IEEI

INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS



ESCOLHER A EUROPA

Junho de 2006 a Fevereiro de 2007

Apoio: Ministério dos Negócios Estrangeiros

Seminário Mesa Redonda

O Parlamento Europeu e a democracia à escala do continente

12 de Janeiro de 2007 ■ 15h-18 horas ■ Hotel Tivoli, Lisboa

■ MODERAÇÃO:

Maria Carrilho, Conselho Directivo, IEEI

■ ENQUADRAMENTO:

Luís Lobo-Fernandes, Pro-Reitor, Universidade do Minho

■ INTERVENÇÕES DE ABERTURA:

Carlos Coelho, Deputado Europeu, Partido Popular Europeu

João Cravinho, Deputado à Assembleia da República, antigo parlamentar europeu

APRESENTAÇÃO

Na arquitectura institucional da União Europeia, o Parlamento Europeu é o órgão que representa por excelência a legitimidade dos cidadãos e, nessa medida, o seu papel é um tema incontornável em qualquer discussão acerca da democracia no contexto da integração europeia.

Desde a eleição directa dos deputados europeus em 1979, o progressivo reforço dos poderes do Parlamento Europeu com cada revisão dos Tratados, tem sido justificado sobretudo como forma de alargar a legitimidade das decisões tomadas pelo Conselho (onde são os Estados quem está representado), permitindo aos eleitos pelos povos europeus uma intervenção decisiva quer no processo legislativo, quer na própria designação e composição da Comissão Europeia. Hoje em dia, não há dúvida que o Parlamento Europeu é um actor indispensável para a tomada de decisões na maioria dos domínios comunitários a quem as outras instituições têm regularmente de prestar contas. Em comparação com os seus equivalentes ao nível nacional, os parlamentares europeus fazem parte da 'máquina comunitária' e podem, à partida, dedicar todo o seu tempo ao acompanhamento dos assuntos europeus. As suas funções e a forma como são designados fazem com que sejam menos susceptíveis às pressões do executivo.



IEEI

INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS

Sendo bastante consensual que, teoricamente, o aumento de poderes do Parlamento Europeu é um passo no sentido de criação de uma democracia supranacional ao nível da União, é bem mais discutível se o Parlamento de facto cumpre essa função fundamental de representação dos cidadãos. As reformas recentes (incluindo aquelas previstas na Constituição Europeia) são elas conducentes a um mais eficaz desempenho das funções do Parlamento enquanto garante da legitimidade democrática da Europa? Se não, que razões principais podem ser apontadas? E que propostas se apresentam como mais promissoras num esforço de aproximar o Parlamento dos cidadãos?

Para a mesa-redonda *Escolher a Europa*, propomos olhar para esta problemática sob dois prismas centrais: o da *visibilidade* e o da *representatividade*.

Embora a situação seja diversa de país para país, a verdade é que a notoriedade pública dos deputados europeus é baixa e os eleitores não acompanham a sua actividade em Estrasburgo ou Bruxelas. De uma forma geral, em relação às questões sobre as quais o Parlamento Europeu é chamado a pronunciar-se, raramente se conhecem as posições defendidas pelos diferentes grupos parlamentares. Até que ponto a falta de visibilidade afecta a legitimidade e a capacidade do Parlamento Europeu controlar os trabalhos do Conselho e da Comissão? A falta de um escrutínio contínuo do Parlamento pela opinião pública é uma vantagem ou desvantagem do ponto de vista do desempenho das suas funções?

Segundo, ligado ao primeiro ponto, a questão da representatividade dos parlamentares europeus. Até que ponto estes últimos representam um *demos* europeu? Tendo em conta a forma como na generalidade dos Estados membros são elaboradas as listas de candidatos ao Parlamento Europeu (isto é, de acordo com uma lógica essencialmente interna) e os temas que normalmente dominam os debates eleitorais (questões domésticas ou o posicionamento genérico em relação à construção europeia), dificilmente se pode falar de grupos transnacionais com um programa comum que é depois defendido na sessão legislativa. Que tendências se verificam nos últimos anos? Serão hoje as lealdades nacionais menos fortes do que no passado? Se sim, esse deve ser visto como um elemento-chave na criação de uma democracia à escala europeia?